

# Carências educacionais

A RECUPERAÇÃO da imagem da escola pública é questão de alta prioridade, sobretudo quando se leva em conta que ela está sendo cada vez mais procurada: a crise econômica e outros fatores conjunturais estão levando para a escola pública números crescentes de alunos de classe média.

O QUE existe hoje é uma escola pública decadente, descreditada, em função da perda da qualidade do ensino e do ambiente administrativo e pedagógico. A fatores já tradicionais, como os baixos salários dos professores, juntaram-se todas aquelas que ultimamente no Brasil aprofundaram a desconfiança em relação aos serviços prestados pelo Estado.

UM número excessivo de greves — em muitos episódios deflagradas antes que se esgotassem as possibilidades de negociação — veio agravar a crise de hierarquia, de organização e de disciplina no espaço da educação oficial. O que resta de produtividade pedagógica é bastante precário, nem seria possível esperar resultado diferente num cenário de déficit ou ausência de mestres, currículos inadequados e incompletos, alunos desmotivados e sem condições de boa assimilação sequer do sofrível aprendizado que lhes é imposto.

SOBRE a questão convém atentar para o depoimento da Secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Fátima Cunha,

em entrevista ao GLOBO. Há dois anos ocupando a Secretaria, e considerando-se ela própria um produto da escola pública brasileira, as suas observações e críticas fornecem subsídios para a avaliação do problema.

A FALTA de vontade política é apontada pela Secretária Fátima Cunha como pedra de toque da crise educacional no Brasil. No Estado do Rio fez-se muito ruído em torno do projeto brizolista dos Cieps, mas a verdade é que o Governo Moreira Franco encontrou apenas 3% dos alunos do Estado atendidos por esses estabelecimentos de slogan inovador, enquanto os 97% restantes continuavam na abandonada escola tradicional.

PREFERINDO a alternativa de socorrer e melhorar os colégios tradicionais, a Secretaria de Educação identificou distorções no zoneamento escolar do Estado. Aparentemente a demanda pública enfrenta uma restrição generalizada de escolas e de vagas. O que acontece, porém, é a má distribuição dos estabelecimentos por área, resultando em zonas beneficiadas pela concentração e outras, como a Baixada Fluminense — de forte presença migratória —, em situação de permanente carência.

AS DIFICULDADES, porém, não ficam por aí. O Estado tem um quadro de 90 mil professores — mas muitos são desviados das salas de aula para funções técnicas e administrativas

nas escolas. A Secretária Fátima Cunha obteve o retorno de 20 mil ao magistério, até esbarrar nas muralhas erguidas pelo clientelismo político. Muitos professores continuam trabalhando em gabinetes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, onde exercem inclusive tarefas de datilógrafo e auxiliares de escritório. "Não aceito isso", diz ela, "mas não consegui vencer essa batalha. Na própria sede da Secretaria há dois mil professores."

O ALTO índice de repetência nas escolas públicas do Estado reflete as imperfeições do sistema. Um sistema que já começa recebendo alunos com formação familiar e valores bem diferentes dos que compõem o perfil dos estudantes de escolas particulares. A Secretária chama atenção para o irrealismo dos currículos propostos a crianças sem formação para acompanhá-los.

EMPOBRECIDA pelos azares da crise econômica, a classe média assalariada que perdeu a capacidade de enfrentar os custos da escola particular busca para os seus filhos a saída de emergência do ensino público. O que encontra é uma realidade fértil em obstáculos, desajustes e traumas. E assim o processo educacional brasileiro vê-se acrescentado de desafios aos quais só mesmo uma vigorosa e obstinada vontade política será capaz de oferecer respostas adequadas.